



**PARECER PRÉVIO Nº 30/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 11091/2014.**

**Apensos:** Processo nº 11351/2014.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Apuí.

**4- Exercício:** 2013.

**5- Responsável:** Adimilson Nogueira (Prefeito Municipal).

**6- Advogado:** Nyton Paes de Oliveira - OAB/AM 8.448 e Francisco Rodrigo de Menezes e Silva - OAB/AM 9.771.

**7- Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5147/2018-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Apuí. Exercício de 2013.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

**10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** das contas das Prefeitura Municipal de Apuí, exercício 2013, de responsabilidade do **Sr. Adimilson Nogueira** - Prefeito Municipal, com fundamento nos art. 40, I e art. 127, da CE/89, e art. 18, I, da LC 06/91 c/c os arts. 1º, I, e art. 29, da Lei 2.423/96, e art. 3º, III, da Resolução TCE 09/97.

**11- Ata:** 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 16 de Julho de 2019.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.



**PARECER PRÉVIO Nº 30/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente, em substituição

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro Relator

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Conselheiro-Convocado

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 30/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 30/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11091/2014.**  
**Aposos:** Processo nº 11351/2014.
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Apuí.
- 4- **Exercício:** 2013.
- 5- **Responsável:** Adimilson Nogueira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Nyton Paes de Oliveira - OAB/AM 8.448 e Francisco Rodrigo de Menezes e Silva - OAB/AM 9.771.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5147/2018-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Apuí. Exercício de 2013.

Regularidade com ressalvas. Multa. Inscrição na Dívida Ativa. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "a" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Apuí, exercício 2013, de responsabilidade do **Sr. Adimilson Nogueira** – Ordenador das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, III e 25 da Lei 2.423/96;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Adimilson Nogueira** no valor de **R\$ 8.534,00** (Oito mil, quinhentos e trinta e quatro reais) que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fundamento no art. 308, I, "b" da Resolução n. 04/2002 com redação dada pela Resolução n. 04/2018 pelo item 27 do Voto. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei



**ACÓRDÃO Nº 30/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 30/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Adimilson Nogueira no valor de R\$ 4.000,00** (Quatro mil reais) que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fundamento no art. 308, II da Resolução n. 04/2002 com redação dada pela Resolução n. 04/2018 pelo item 10 do Voto. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;
- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Adimilson Nogueira no valor de R\$ 4.000,00** (Quatro mil reais) que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fundamento no art. 308, VII da Resolução n. 04/2002 com redação dada pela Resolução n. 04/2018 pelos itens 7.1, 7.2, 7.3, 5, 20 e 30 do Voto. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;
- 10.5. Autorizar Inscrição na Dívida Ativa do Sr. Adimilson Nogueira** em caso de recolhimento das multas no prazo estabelecido com as devidas atualizações monetárias, ficando, desde já, autorizada a DERE a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02;
- 10.6. Recomendar à Prefeitura Municipal de Apuí que:**  
**10.6.1.** Mantenha durante todo o exercício em local de fácil acesso e, na Câmara Municipal, cópia da Prestação de Contas Anuais enviada a este Tribunal de Contas após o prazo de apresentação (31/03);



**ACÓRDÃO Nº 30/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 30/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

**10.6.2.** Mantenha atualizado o Portal da Transparência do Município, observando com o máximo zelo as disposições da Lei Complementar n. 131/2009 – Lei da Transparência;

**10.6.3.** Realize inventário anual dos bens móveis e imóveis, assim como proceda à atualização dos respectivos valores contábeis por ocasião da elaboração de Balanço Patrimonial, em observância aos princípios contábeis da Continuidade, Oportunidade, Competência e, principalmente do Registro pelo Valor Original;

**10.6.4.** Verifique a implantação do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) no que tange à nomeação formal de responsável pelo controle de materiais de consumo com prazo até o fim deste exercício por ocasião da Auditoria a ser realizada em 2015;

**10.6.5.** Apresente nos prazos legais as devidas prestações de contas quadrimestrais e anual nos termos da legislação vigente sob pena de aplicação da sanção prevista na alínea “b” do inc. IV do art. 308 da Resolução TCE-AM nº 04/2002 e alterações posteriores em caso de reincidência;

**10.6.6.** Mantenha atualizadas as fichas funcionais dos servidores públicos sob pena de aplicação da sanção prevista na alínea “b” do inc. IV do art. 308 da Resolução TCE-AM nº 04/2002 e alterações posteriores em caso de reincidência.

**10.6.7.** Regule e inclua em sua legislação a inclusão dos comprovantes de embarque nos processos de concessão de viagens a outras sedes municipais ou outras em que haja o pagamento de diárias para confirmação da efetivação da medida apresentada na defesa;

**10.6.8.** Mantenha um Controle Interno funcione de forma eficiente;

**10.6.9.** Observe com cautela a Lei complementar nº 101/2000;

**10.6.10.** Observe com o máximo zelo a Lei n. 4.320/64, principalmente quanto as fases da despesa pública;

**10.6.11.** Cumpra rigorosamente os prazos para publicação do Relatório de Gestão Fiscal e Relatório Resumido da Execução Orçamentária, conforme determinar a Lei de Responsabilidade Fiscal;

**10.6.12.** Instaure a tomada de contas das diárias pagas em 2013 ou comprove a adoção de medidas que comprovem a restituição do erário público ou a regular aplicação dos recursos.

**10.7. Dar ciência** deste Acórdão ao **Sr. Adimilson Nogueira**;

**10.8. Arquivar** os presentes autos e seus apensos nos termos regimentais após cumpridas as medidas acima.

**11- Ata:** 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 16 de Julho de 2019.



**ACÓRDÃO Nº 30/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 30/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 14- Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente, em substituição

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral